

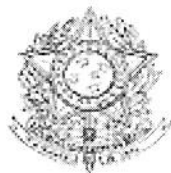


GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

## NOTA

Estamos publicando na íntegra o conteúdo do Ofício N° 223/2011/COREM/SURIN/STN/MF-DF, datado dia 14/07/2011, que trata sobre Cumprimento das Metas Previstas no Programa de Ajuste Fiscal para o Exercício Financeiro de 2010, por parte do Estado do Amazonas.

  
**Edson Theophilo Ramos Pará**  
Secretário Executivo do Tesouro



Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios  
Anexo do Min. Fazenda, Bloco P, Ala B, Térreo - Sala 8 - Esplanada dos Ministérios  
70048-900 - Brasília - DF  
(61) 3412-3030 (61) 3412-3031 (61) 3412-3042 [corem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:corem.df.stn@fazenda.gov.br)

Ofício nº 223/2011/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 14 de julho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor  
OMAR ABDEL AZIZ  
Governador do Estado do Amazonas  
Av. Brasil, s/nº - Sede do Governo - Bairro Compensa II  
69036-110 - Manaus - AM

**Assunto: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados - Resultado da avaliação do Programa referente ao exercício de 2010.**

Senhor Governador,

1. Nos termos do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção e Promessa de Refinanciamento de Dívidas nº 005/98 STN/COAFI, de 11 de março de 1998 e em atendimento à seção 4 do Programa do Estado, assinado em 9 de junho de 2010, foi realizada a avaliação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2010, sendo relacionados a seguir os resultados alcançados:

i) Meta n.º 1: limitar a relação dívida financeira / receita líquida real (ajustada) a 1,00. O Estado cumpriu a meta ao apresentar a relação 0,46.

ii) Meta n.º 2: não ultrapassar o déficit primário de R\$ 453 milhões. O Estado cumpriu a meta ao realizar déficit primário de R\$ 322 milhões.

iii) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida. O Estado cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 46,93%.

iv) Meta n.º 4: alcançar receitas de arrecadação própria no valor de R\$ 6.524 milhões. O Estado cumpriu a meta ao realizar as referidas receitas no montante de R\$ 6.647 milhões.

v) Meta n.º 5: alcançar os seguintes compromissos:

(a) Limitar as outras despesas correntes ao percentual da RLR de 37,88% em 2010, conforme o Anexo I;

- (b) Constituir estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- (c) Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, Planejamento e Administração, conforme Decreto nº 23.944, de 28 de novembro de 2003;
- (d) Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;
- (e) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas; e
- (f) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O Estado não alcançou os compromissos (a) e (b). Por decorrência, a meta foi considerada não cumprida.

vi) Meta nº 6: limitar as despesas com investimentos a 33,91% da receita líquida real anual. O Estado cumpriu a meta ao apresentar relação equivalente a 27,38% da receita líquida real.

2. Considerando o disposto no art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e na cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção e Promessa de Refinanciamento de Dívidas nº 005/98 STN/COAFI, firmado entre a União e o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento da meta 5, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para que o Estado seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2010.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente por ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO  
Certificado: 32500131303131323133333953303738

Arno Hugo Augustin Filho  
Secretário do Tesouro Nacional